

**IDEOLOGIA E PRODUÇÃO DIDÁTICA NO PERÍODO
MILITAR BRASILEIRO: A REPRESENTAÇÃO DO TRABALHO
NA GEOGRAFIA - 1969-1979.***

José Gilberto de Souza¹

Contato: jgilbert@rc.unesp.br

Prof. Dr. José Gilberto de Souza.

Dados do Autor

Geógrafo, Docente do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista (UNESP) Campus de Rio Claro.

Professor dos Programas de Pós Graduação em Geografia da Unesp (Campus de Presidente Prudente e Campus de Rio Claro) e do Programa de Pós-Graduação em Zootecnia da Unesp (Campus de Jaboticabal).

Atualmente Investigador Convidado no Departamento de Geografia da Universidade de Salamanca (USAL- Espanha) para desenvolvimento da Pesquisa: **Produção de Agrocombustíveis em Espanha e seus reflexos sobre a diversidade produtiva, concentração fundiária e preços de terras.**

* Investigação realizada com apoio do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo).

¹ Unesp -Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas(IGCE/RioClaro-SP), Professor Adjunto do Departamento de Geografia jgilbert@rc.unesp.br

IDEOLOGIA E PRODUÇÃO DIDÁTICA NO PERÍODO MILITAR BRASILEIRO: A REPRESENTAÇÃO DO TRABALHO NA GEOGRAFIA - 1969-1979.

Resumo: O artigo apresenta uma análise sobre a representação do trabalho na produção didática da geografia no período de 1969 a 1979, identificando as formas de conceituais de sua representação e os mecanismos de transposição ideológica de Estado e de fragmentação do processo de compreensão da realidade, compondo um saber geográfico retórico e não reflexivo.

Palavras chave: livro didático, ensino de geografia, conceito de trabalho, ideologia.

THE WORK REPRESENTATION IN THE GEOGRAPHY DIDACTIC PRODUCTION 1969-1979.

Abstract: The article presents a analysis about work representation in the geography didactic production in the period from 1969 to 1979, identifying the forms of prestidigitation of the concept and your mechanisms of ideological transposition of State and of the fragmentation of the process of reality comprehension, composing a geographic wisdom that is rhetoric and not reflexive.

Keyword: didactic book, geography teaching, work concept, ideology.

Introdução

O presente trabalho objetiva contribuir com uma reflexão necessária ao saber geográfico, qual seja: investigar as representações construídas no ensino de geografia a partir da análise de sua tradição didática, mas sobretudo de sua articulação com o Estado e as relações impositivas que se estabeleceram no período militar brasileiro. Nesta perspectiva se realiza uma reflexão sobre a categoria “trabalho” como ação mediadora do homem com o que lhe circunstancia, percebendo-o como elemento que referencia o homem de forma social, econômica, política e cultural.

A questão central na formação de professores tem sido pautada não apenas pelos cursos de graduação nas universidades e a questão curricular, mas também nos instrumentos de trabalho, tal como o livro didático que acaba se configurando como base de sustentação de seu trabalho em sala de aula. Por sua vez, reconhece-se que os materiais didáticos também espelham as condições sociais econômicas, políticas, culturais, sociais e neste sentido ideológicas de determinado tempo históricos e que tais visões sociais de mundo podem ser assumidas quase que de forma absoluta nos discursos dos professores e ou serem submetidas à crítica e à contextualização. Neste sentido é que se realiza uma análise do conteúdo ou dos elementos conceituais da categoria trabalho apresentados nos livros didáticos de geografia no Brasil no período militar brasileiro e quais suas correlações com o discurso oficial

hegemônico.

1. Caracterização dos Livros

A pesquisa analisou uma amostra (25%) dos livros didáticos produzidos no período de 1969-1979. A escolha se estabeleceu de forma aleatória e representa o universo do material didático direcionado ao 1º Grau (5ª à 8ª série do Ensino Fundamental), utilizado no período do regime militar brasileiro, conforme dados da Secretaria de Ensino do Estado de São Paulo, em seus registros de plano de ensino:

AZEVEDO, Aroldo - **Geografia do Brasil.**

MOREIRA, Igor A.G - **Geografia Geral e do Brasil.**

XAVIER, Herbe - **Estudo Dirigido de Geografia do Brasil.**

DIBO, Dulcídio - **Geografia do Brasil.**

2. O Conceito de Trabalho

O trabalho como atividade humana pressupõe, em sua consecução, a realização do ser. Condição esta que não se revela no material didático. A divisão do trabalho revela em seu interior a divisão da sociedade em classes e o parcelamento do trabalho expressa o grau de aniquilamento do homem como ser realizador desta práxis. Certo é que o não comparecimento do trabalho como essência inicia-se com a idéia de homem transmutado por meio do conceito de população, que não revela como a sociedade reproduz sua existência, suas relações sociais, em sua estrutura de classes.

As questões em análise demonstram as diversas formas que o

trabalho adquire com um único “conteúdo”: a prestidigitação da principal atividade humana.

2.1 O trabalho como setor econômico

O trabalho como atividade em si, como operação integrada a um ramo interno da economia nacional é a forma mais presente no tratamento didático: o trabalhador como população e o trabalho em sua função econômica, como atividade.

*“Em relação as atividades principais e levando em conta apenas os maiores de 10 anos de idade, era assim a distribuição da população em 1970: 1. Primário 44,24%;
2. Secundário 17,82%; 3. Terciário 37,94%;(AZEVEDO, 1975:95)*

Em seqüência o autor descreve as atividades de cada setor.

Igor Moreira, ao comentar sobre a distribuição da população, menciona as condições naturais, histórico-culturais e econômicas que a determinam.

“Condições econômicas, que são o resultado de combinações de fatores naturais e humanos e seu desenvolvimento histórico, condicionado as atividades econômicas das populações, sejam de coleta, agrícolas, pastoris ou industriais. Dessa forma, as regiões industriais são, em geral, mais povoadas do que as zonas agrícolas, porque a indústria, na medida em que exige mais mão-de-obra, permite um maior rendimento por superfície”.

“As diferentes atividades econômicas são agrupadas em setores. Cada país tem sua distribuição setorial da população ativa, a qual vai revelar o estágio econômico e social em que ele se encontra”.

Em outra passagem o autor afirma:

“A indústria vem a ser o conjunto de atividades que, aplicadas à produção de riqueza, transforma a matéria-prima oferecida ao homem pela natureza” (MOREIRA, 1976:53, 78-79 e 178).

Em Herbe Xavier o trabalho/atividade aparece na seguinte forma:

“Nossas indústrias baseiam-se na agropecuária e utilizam principalmente o algodão, a cana-de-açúcar, o fumo, etc”. (XAVIER, 1973:116).

Dulcídio Dibo afirma:

“A economia da Região Sul baseia-se na atividade agro-pastoril com atividades industriais de destaque”. (DIBO, 1972:52).

Observa-se que a distribuição em setores de produção inclui todos os elementos sociais como ligados às atividades produtivas. Numa idéia que coloca o bóia-fria e latifundiário, operário e industrial, marreteiro/camelô e banqueiro, numa abstração de população ativa distribuída em setores (primário-secundária-terciário). Desaparecem as desigualdades, as realidades se apresentam sem diferenças. O trabalho como atividade industrial, agrícola e comercial perde seu caráter de práxis transformadora do espaço, das relações sociais e as particularidades econômicas existentes. Sob a concretude espacial de indústria, comércio e agricultura transparece o trabalho como atividade

comum sem acumulação e exploração e ou apropriação diferenciada.

Do ponto de vista da territorialidade, o lugar, assume seu papel autônomo, em detrimento da ação produtora do homem. A indústria/fábrica/prédio, a agricultura/terra-fazenda/máquina, substituem o operário, o camponês, o bóia-fria, invisibilidade sócio-produtiva. Quando os sujeitos reaparecem se apresenta uma visão do conjunto, amalgamados nos termos “nós, o país”, “nós, os produtores”, “nós, proprietários”, “em nosso Estado”. Sustentando a idéia do desenvolvimento como corpo sólido de esforço coletivo.

“Raramente, a imigração teve, no Brasil, o caráter espontâneo. Em geral, foi provocada; fomos em busca dos imigrantes e procuramos atraí-los com oferecimento de vantagens” (AZEVEDO, 1975:108/09- grifo nosso).

Em uma perspectiva não histórica e sem reflexões sobre a questão da imigração (conjunturas locais e mundiais) e do negro escravo a mobilidade da força de trabalho apresenta-se como um singelo convite, como na citação acima, ou sob o signo das forças de atração. Nestes casos, as explicações se vinculam aos ciclos econômicos de mineração, café, borracha, etc. A mobilidade de do sentido do trabalho não se revela, são os números de migrantes do nordeste, fora de seu limite político territorial ou o número de imigrantes darão corpo ao sentido de nação. Números que migram, contingentes de lugares para outros lugares, abstraem-se os homens, com naturalidade:

“As migrações internas prosseguem de uma para outra região, de

um para outro Estado, das zonas rurais em direção as maiores cidades, das áreas mais pobres para as mais desenvolvidas, ocasionando um problema grande para um país ainda despovoado: o êxodo rural em benefício de uma crescente urbanização”.

“Os Estados que tem mais representante vivendo fora de suas fronteiras são MG 1.367.236, SP 507.248, RJ 504.130, BA 30.217, etc...” (AZEVEDO, 1975:113 - grifo nosso).

“Migrações internas são aquelas que se processam dentro de um país. Podem ser de uma região para outra (inter-regionais), ou dentro de uma mesma região (intra-regionais). Poderão ainda ser campo-cidade, etc...” (MOREIRA, 1976:112).

Em seguida Moreira (1976), apresenta um quadro das regiões industriais e pré-industriais com suas características migratórias de expulsão e atração, na perspectiva campo-cidade.

O autor menciona ainda o número de brasileiros residentes fora de seus municípios de nascimento e afirma:

“Várias são as razões dessa elevada mobilidade, a começar pelas grandes diferenças espaciais do país. No entanto, a mais importante reside na estagnação econômica de muitas áreas, combinada com atrativos que outras passam a oferecer” (MOREIRA, 1976:118). (grifo nosso)

Quadro 1.Migração Campo-Cidade

Regiões	Causas		Consequencias
	De expulsão	De atração	
<i>Países</i>	<i>Liberação de mão-</i>	<i>Oferta de</i>	<i>Urbanização</i>

<i>Industriais</i>	<i>de-obra pela mecanização</i>	<i>empregos urbanos</i>	<i>integrada; aumento de população secundária e terciária.</i>
<i>Países pré-industriais</i>	<i>Pressão demográfica no campo</i>	<i>Fascínio urbano</i>	<i>Urbanização anômala: cinturão marginal; subemprego no terciário.</i>

(MOREIRA, 1976:113).

Xavier menciona que

“de grande importância são as migrações internas, dentre as quais podemos destacar:

- a migração para áreas industriais, que recebem inúmeros brasileiros do interior ou de outros Estados para trabalharem em suas indústrias.*
- para os trabalhos agrícolas das áreas mais desenvolvidas.*
- para as áreas pioneiras: áreas que estão sendo desbravadas na Amazônia e no Brasil-Central.*
- para as cidades: apresentando melhores condições de vida, as cidades atraem a população do campo”.*

O autor também afirma que *“possuindo vazios de população o Brasil precisa de imigração estrangeira”* (XAVIER, 1973:149). (grifo nosso)

A mobilidade dos trabalhadores como força de trabalho que se desloca, traduzida como números e lugares de deslocamento, não revelam as reais condições desta mobilidade. Como demanda por melhores condições de vida subtrai o entendimento da estrutura e

conflitos fundiários, da consolidação de um exército industrial de reserva nas áreas que demandam mão-de-obra em larga escala. Como explica Rui Moreira:

“A mobilidade territorial da população é a configuração espacial característica da transformação da população “em população para o capital”, na qual se distingue duas fases: há a fase do êxodo rural como evidenciamos nos livros didáticos, que é a desterritorialização do produtor imediato précapitalista (despojamento/proletarização do campesinato) e há a fase da megaurbanização, que é a territorialidade do produtor imediato do capitalismo (mercado de “trabalho livre” do “proletário”). (MOREIRA, 1986: 78).

Gonçalves (1989) afirma que o esvaziamento do campo e a urbanização são manifestações evidentes do processo de separação do trabalhador das condições de produção. “A expropriação do trabalhador é condição da mobilidade do capital. O capital não pode migrar de um setor para outro, ou de uma região para outra se não houver trabalhadores que o acompanhem. Pode-se observar nitidamente que os fluxos migratórios seguem o rumo da expansão do capital” (GONÇALVES, 1989:113).

No entanto, o que se apresenta nestes materiais didáticos é uma mobilidade naturalizada, espontânea sem o entendimento do caráter mercantil e de propriedade que adquire a terra, os meios de trabalho e a própria força de trabalho.

2.2 Trabalho: Espacialização na/da diferença

Diante deste processo o que se incorpora nos limites didáticos é a hierarquização de valores. O discurso de desenvolvimento, da indústria, da cidade constitui uma hierarquização espacial que permite o despistamento da divisão social e territorial do trabalho. Esta dimensão do espaço do trabalho é incorporada como grau de importância política, uma perspectiva ideológica se desenvolve que obscurece os limites da ressocialização do valor produzido. A divisão do trabalho é, imediatamente, a divisão de trabalhadores (explorados) e não trabalhadores, naturalmente há uma hierarquia entre campo e cidade e entre trabalhadores assalariados e camponeses, a hierarquia espacial se transforma em hierarquia social que se funda pela ação do próprio Estado. Um "Estado de classe cujo espaço que ele organiza e hierarquiza é o espaço da exploração" (LIPIETZ, 1986:153).

Esta dimensão espacial da divisão do trabalho é referendada ainda nas "aptidões naturais" das regiões. O geógrafo Neil Smith argumenta que os "cinturões" de atividades - termo presente nos livros didáticos de 'Geografia Comercial' - descrevem as produções locais e por sua vez as variedades de produtos das diferentes nações e regiões do mundo. Trata-se de explicar os diferentes padrões de produção agrícola e industrial com base nas diferentes dádivas da natureza. (SMITH, 1986:154). Neste caso a "tropicalidade" Amazônica e a seca nordestina são fatores preponderantes no "desenvolvimento ou subdesenvolvimento" destas regiões.

No plano global, da mesma forma, a divisão internacional do trabalho

traz consigo a “lei das vantagens comparativas”, tornando-se uma justificativa sólida da especialização no mercado internacional, tendo como referendo a especialização geográfica das capacidades climáticas de produção numa inversão das relações de mercado.

Observa-se assim conceituações hierarquizadas, naturalizadas, expressões do trabalho que se vinculam ao grau de importância que o autor atribui às atividades e ao espaço no qual se insere. Por fim para demonstrar um país em processo de industrialização e desenvolvimento aparecem como sinônimos os relatórios quantitativos dos setores terciário, secundário e primário. Perfazem a ordem, a hierárquica do desenvolvimento, como um caminho sólido, mas tal processo passa pela espacialidade urbana e a compreensão de suas atividades como modernas.

2.3. O trabalho: Caminho do desenvolvimento

As estruturas hierárquicas dos livros formam um conceito linear/formal de história com um caráter de finalidade. Trata-se de um caminho a ser percorrido pelo Brasil se quiser valer-se de uma sociedade urbanizada, industrializada, desenvolvida, por que este foi o caminho dos países Europeus. A concepção de imutabilidade, da ordem do lugar e do tempo nos planos sociais, políticos e militares, este último que espelha toda sociedade.

É comum, nos livros didáticos, citações como “funções comerciais, industriais, urbanas, hierarquia urbana, metrópoles regionais, o estado mais importante, etc...” A “ordem do território” e das atividades nele introduzidas se materializando ou se perpetuando na vida dos

homens. Os livros são construtores de conceitos sobre os quais não pairam dúvidas e reflexões. O trabalho como função perpetua a direção de papéis específicos, a alteração deste padrão é como subversão da ordem.

Quadro 2 – Classificação das Metrôpoles por área de influência

METRÓPOLE	DOMÍNIO	ÁREA DE INFLUÊNCIA
São Paulo	Nacional	Brasil
Rio de Janeiro	Nacional	Brasil
Belo Horizonte	Regional	Oeste do Sudeste e Centro Oeste
Porto alegre	Regional	Rio Grande do Sul e Santa Catarina
Recife	Regional	Nordeste Oriental
Salvador	Regional	Nordeste Setentrional
Curitiba	Regional	Paraná
Belém	Regional	Amazônia

(MOREIRA, 1976:222)

2.4.Trabalho: Valor na/da mercadoria

As inversões “didáticas” preenchem todo o corpo do manual escolar. O valor do produto é dado na produção, como “locus” do trabalho, no entanto este sentido se perde, passa a ter importância não o trabalho realizador, mas as idéias de quantidade, valor e tipos de produtos.

“Na verdade é a paisagem agrária, marcada pela presença de cultura de cabeça de gado, a mais comum e encontradiça, a mais típica dentre as criadas pelo homem, corresponde a cerca de 30% do território nacional. Sem dúvida, é também a mais expressivamente brasileira, porque possui raízes profundas, que procedem de um passado remoto: por três séculos tivemos nos canaviais a grande

riqueza nacional e durante um século vivemos sob o império do café”.

“No que se refere ao valor da produção, embora as estatísticas sejam falhas e não propiciem comparações seguras, tudo parece indicar que o valor da nossa produção agrícola, somando ao do rebanho, da avicultura, ovos, carnes e lã, compara-se ao valor de nossa produção industrial”.

Observa-se neste texto como o trabalho se prestigia em valor da produção, destacando ainda a referência que o autor faz a vocação agrária brasileira, discurso ainda sustentado pelos setores conservadores do agronegócio exportador.

“Brasil é e deve continuar a ser um grande país agrário, ao mesmo tempo que caminha decididamente para industrialização” (AZEVEDO, 1975:171/72 - grifo nosso).

Afirma Moreira (1976) que em 1970, o Brasil produzia cinco dólares de minerais por habitante e consumia doze, ficando numa dependência alheia na ordem de 65%.

“Atualmente, a tendência é alteração desse quadro” (MOREIRA, 1976:196).

Moreira (1976) menciona ainda que os produtos excedentes da produção de subsistência são vendidos na aglomeração mais próxima. É a única vez que o termo excedente aparece no livro e de forma individualizada, setorizada, abstrai-se a possibilidade de refletir como parte da produção social de todo e qualquer setor econômico, ou melhor,

de toda e qualquer ação do trabalho produz excedentes.

“Hoje no que se refere ao valor da produção, a indústria alcança um lugar de destaque. Em alguns pontos do Sudeste, já encontramos uma verdadeira paisagem industrial” (XAVIER, 1973:173).

“É a área (região Sudeste) onde se encontram 43% do valor da produção agropecuária, 75% do valor da produção industrial, além de cerca de 65% da renda nacional. Possui ainda 50% da renda de exportação brasileira, coincidindo com a região onde se encontram as principais atividades culturais, sociais e políticas do Brasil” (DIBO, 1972:33 – grifo nosso).

Nota-se que apesar de tônica da produção, toda a discussão tem como base a relação de mercado, assume-se de forma velada que “a produção é uma abstração” (CHAUI, 1986:134).

Neste caso, a discussão centra-se na relação de mercado, com um conceito de mercadoria que não revela que sua essência é ao mesmo tempo produto do trabalho privado e do trabalho social. Entretanto o trabalho social realizado sob a forma de trabalho privado não pode ser reconhecido imediatamente ou a priori como tal. A mercadoria não pode, portanto, se representar imediatamente como trabalho social, ela implica condições nas quais esta representação lhe seja exterior, sob forma de um valor de troca [valor da produção], sob a forma de dinheiro" (MANDEL, 1990: 210) - que no livro didático figura como riqueza (nacional).

Esta reflexão se torna mais complexa na medida em que a sociedade se espelha no mercado, e a partir deste momento não só o

produto do trabalho social e privado se interioriza na mercadoria, mas o próprio trabalho humano, como força de trabalho, como mercadoria, só que diferentemente, como trabalho privatizado – por meio de seu resultado o crescimento do PIB Nacional. Eis porque não se representa como mercadoria ainda que nela se internalize no processo de produção, seria a evidência da exploração da força de trabalho no processo de privatização de seu excedente.

Exatamente por isso o excedente só pode estar evidenciado no livro didático como individual e setorizado, porque “abstrai-se” sua particularização e é o mesmo significado de sua aparição na agricultura de subsistência, como trabalho privado.

Ocorre que na atividade de subsistência o excedente aparece individualizado enquanto local da produção. Diferentemente dos outros setores em que preside o assalariamento, ou outras relações comerciais de trabalho, em que, por não estabelecer esta relação direta com o excedente, ele aparece como produto da máquina, da fábrica e, assim, que se privatiza-particulariza não mais se socializa.

Observa-se que o produto/mercadoria adquire sua forma mais próxima de resultado do trabalho apenas no caso da subsistência. Exatamente porque a produção geral como uma abstração, como riqueza nacional e não efetivamente social, toma a formas da estatística, de inventário de produtos e de paisagens da produção (no plano territorial substituindo a relação social). Assim, o trabalho privatizado (apropriado) não se explicita no livro didático porque representada no PIB/PNB,

aparece como nacional.

Esta abstração da produção se incorpora às formas de consciência dos indivíduos. Reside aqui uma questão fundamental nesta pesquisa: a produção como abstração incorpora os valores da divisão entre o trabalho (intelectual e manual) traduzida, no plano da propriedade, como proprietário e não proprietário. A produção se distingue então do trabalho. Produção passa a ser aquilo que se realiza através da idéia e trabalho o que se transforma em mercadoria.

Nas palavras de Chauí (1986), a “produção liga-se ao trabalho intelectual que não é propriamente o trabalho”, mas coordenação, controle, “mando”, isto resulta, pois, que “o braçal trabalha. Nesta perspectiva o trabalho/produção aparece como resultado da concepção”. [O que em verdade] “desqualifica a execução” (CHAUI, 1986:134) - A execução passa assim a não ser referendada nos livros didáticos como atividade do trabalhador, quando surge, está imbricada com a concepção de que o sujeito executor é o Estado e não o trabalhador.

Apesar do trabalho na concepção burguesa assumir um conceito positivo no livro didático ele tem a forma de produção, ao trabalhador produtor da riqueza resta esperar a partilha do “bolo”.

2.5. Trabalho: historicismo e naturalismo

A partilha do bolo depende da solução dos problemas cujas causas são as naturais; pela extensão, pelo clima, pelo solo, pela necessidade de ocupá-lo, defendê-lo, etc. “Tradições” que explicam as dificuldades. A

análise “histórica” se distancia do real e quando a ele se remete é de forma factual encontrando resposta nos ciclos econômicos e no subdesenvolvimento brasileiro.

“Desde os tempos coloniais vivemos a lutar contra o problema da escassez de mão-de-obra agrícola. As dimensões continentais do Brasil e sua fraca densidade demográfica contribuem para a permanência e a gravidade de mais esse problema de nossa agricultura” (AZEVEDO, 1975:175).

“Um problema que após a extinção do tráfico negreiro (1850) e a libertação dos escravos (1888) passou a dominar, em nossa vida agrícola o trabalho livre e remunerado, que antes só existia para brancos e caboclos. Foi então que novas áreas agrícolas foram abertas, graças aos imigrantes (italianos, alemães, eslavos, japoneses) os seus descendentes, como também elementos nacionais, trabalhadores nas fazendas, mantenedores de modesta roças”.

“Os fatos agrários revelam um ritmo mais lento de transformação em relação às atividades industriais e urbanas. E as razões disso residem nas tradições, muitas vezes multisseculares, nos arcaísmos, na persistência freqüente de sistemas econômicos de autoconsumo, na limitação das relações sociais e na própria natureza das atividades agrícolas, onde as etapas da produção se desenvolvem em ciclos estacionais. Tais fatos em conjunto ocasionam a tendência a um crescimento econômico inferior nas zonas rurais, em relação às atividades urbanas” (MOREIRA, 1976:61).

"É este o responsável (o clima) pelas variações regionais que também expressam realidades ligadas às formas de organização do espaço rural, onde atuam diferentes sistemas de exploração agrária" (DIBO, 1972:61).

"Nas áreas muito quentes, o calor provoca cansaço nos habitantes, que terão assim condições piores para o trabalho, do que os das regiões temperadas" (XAVIER, 1973:71).

Encontra-se ainda explicações naturais para as condições de trabalho, mas o trabalho no contexto de execução e não nas relações sociais que o engendram. Nos outros casos não se faz referência ao trabalho humano mas sim à exploração agrária, às atividades industriais, aos sistemas econômicos eliminam trabalho/trabalhador, tanto quanto eliminam as “piores condições de trabalho”.

Outro ponto é o “trabalho livre”. Após um histórico do fim do regime escravista no Brasil, negros e índios somem do cenário do trabalho. A produção nacional, agora, é sustentada pelos “imigrantes”– termo tão genérico como população.

Azevedo (1975) chega a mencionar os regimes de trabalho assalariado, “exploração direta”, mas não menciona as condições de vida e trabalho, ou seja, as bases reais da relação produtiva, mesmo quando faz referência às relações de parceria e arrendamento são apenas: “explorações indiretas”.

“... o problema de mão-de-obra para nossa lavoura, esta longe de ser resolvido satisfatoriamente, em virtude de uma série de fatores: a

escassez de população nas zonas rurais; a não fixação dos trabalhadores agrícolas; o incessante êxodo da população rural, em busca de melhores condições de vida; os abusos praticados por muitos proprietários que deixam de cumprir as leis em vigor." (AZEVEDO, 1975:176/77).

Ao indicar esta série de problemas o autor lhes atribui vida própria. Reduz a uma simplicidade sem limites o fato do trabalhador agrícola "resolver" morar na cidade, o discurso "não" revela seu caráter de classe pois o processo é dado como natural-formal.

2.6. Trabalho/Condições Técnicas

O conteúdo da discussão técnica do trabalho se coloca também em detrimento da divisão social do trabalho, sugere o livro didático a suspensão do homem como mediador da relação homem-meio. Este último, o meio, sob o signo da natureza, surge como dádiva que se eleva à satisfação do homem genérico, em sua abstração de população. A natureza se inscreve sob o signo de recursos naturais, a serem utilizados no conjunto de atividades técnicas, da indústria, da agricultura, etc., onde todos se transformam em proprietários e usuários, porque se trata da economia nacional e a técnica (ou tecnologia) não o trabalho, é mediadora desta relação homem/meio.

"Salvo poucas exceções, o nosso trabalhador rural adota uma técnica ainda bastante rudimentar, encontrando no estágio da evolução agrícola conhecida pelo nome de cultura de enxada".

"Tudo está de acordo com o baixo nível de vida do nosso homem

rural, geralmente analfabeto e subalimentado, ignorante das mais elementares noções de higiene, vítima de muitas doenças, desamparado de assistência médico-hospitalar” (AZEVEDO, 1975:179).

“Com extraordinários progressos da ciência e das técnicas de uso da terra, a produção mundial de alimentos tem apresentado um crescimento significativo nos últimos anos, apesar dos eventuais fracassos agrícolas”.

“Apesar de todos os problemas, o homem tem sabido enfrentá-los, e como os criou tem conseguido superá-lo na proporção do seu instrumental tecnológico” (MOREIRA, 1976:67 e 225).

Dibo, ao mencionar a baixa qualidade de vida dos nordestinos, comenta que o Estado, através da SUDENE, tem executado políticas de desenvolvimento *“com vistas à solução dos problemas”.*

“... o processo de industrialização se prenuncia irreversível e a implantação de indústrias de bens de consumo devesse assegurar a transferência do centro dinâmico da economia nordestina do agrícola para o industrial” (DIBO, 1972:79).

“O nível técnico da agricultura brasileira é baixo. Métodos primitivos, como a queimada da mata e o uso da enxada, são predominantes”.

“As técnicas arcaicas acabam por provocar uma degradação do solo, diminuindo a colheita nos anos posteriores ou provocando o abandono da área cultivada, ocasionando uma lavoura itinerante”

(XAVIER, 1973:12 e 152).

Assim a técnica (tecnologia) é a centralidade das respostas aos problemas por meio da industrialização. A técnica, por associação, as máquinas, é quem produz. Esta perspectiva nos remete ao caráter universal da máquina, papel que assume em elevada escala de condicionamento das atividades humanas. Consolida-se uma filosofia, uma concepção de mundo que coisifica o homem e reduz suas atividades produtivas aos "movimentos produtivos" da máquina.

Aliado ao fetiche do produto tem-se o tecnicismo como solução, expressada na questão da modernização da agricultura, necessária para a ampliação das taxas de acumulação e sob este signo se apresenta o Estado, como condutor do desenvolvimento.

"Na luta contra as secas, que periodicamente flagelam o Sertão Nordestino, o Governo Federal e a iniciativa particular continuam a tomar providências em benefício da vida agrícola. É a técnica a lutar contra natureza ingrata" (AZEVEDO, 1975:179).

Como a produção é o objetivo principal e está vinculada à tecnologia, concorre o discurso da participação de todos, trabalho "coletivo". A importância da área produzida, da técnica utilizada, do total colhido, perfaz o inventário geográfico que substitui o homem, por extensão sua atividade produtiva, o trabalho. Incorporados estes valores há a minimização de seu papel na reprodução do homem, enquanto ser autônomo. Assim, se a história do trabalho é a história do homem, e se o trabalho o aliena, destituindo-o (de forma ideológica e concreta) da

condição de sujeito da história, obscurecer o trabalho é perpetuar a alienação.

2.7. Trabalho: Número na/da produção

Uma outra representação é a base quantitativa. Os autores apresentam inúmeros dados dos anuários (industriais ou agrícolas), com os totais da produção, do valor das “riquezas nacionais”.

“Sem dúvida, a extensão da área cultivada tem importância. Todavia o valor da produção apresenta maior significação. (...) Em 1970 duas riquezas encabeçaram a relação: o arroz com 2,254 milhões de cruzeiros e o milho 2,198 milhões, vem depois à cana de açúcar, etc...” (AZEVEDO, 1975:184/85).

Nesta perspectiva, os dados, as informações estatísticas assumem a forma didática da produção. Num momento em que outra “produção”, a didática, sofre significativa influência da Geografia que se desenvolve nos EUA. Tem-se no livro didático uma leitura geográfica quantitativa, mnemônica, que propõe aos alunos e aos professores uma leitura tecnicista do mundo.

Os dados presentes em todo o livro didático; o total da produção, o “ranking” mundial e a colocação do Brasil, o número de produtos, a extensão, a quantidade, os produtos, os rios, etc. Todo um conjunto de informações a ser recitado, quando necessário. A estatística assume a aparência da produção, da população, da industrialização, enfim de todo uma “geografia”.

Gonçalves, (1989), menciona que “a palavra estatística, por sua vez, surgida por volta de 1815, deriva do alemão *Statistik*, que se relaciona ao Estado [as coisas parecem óbvias]. Obscura relação essa que envolve estatística e poder de Estado. (...). Logo ela que se pretende a rainha da neutralidade”.

“São abstraídas as especificidades de objetos-cadeiras, coelhos, automóveis, e se privilegiam os aspectos matemático-estatísticos (...). Não é de estranhar, por tanto, que as teses e idéias formuladas a partir dessa premissa culminam em conclusões apocalípticas do tipo malthusiano que falam de explosão demográfica, urbanização desenfreada, etc.” (GONÇALVES, 1989:77).

Este modo axiologicamente neutro de demonstrar a realidade é essencialmente a leitura de mundo produzida pelo modo capitalista que vislumbra não o real, mas a representação. Por conseguinte, estes conjuntos estatísticos, axiológicos, se prestam à quantificação da produção e se transformam no sentido da geografia.

Exatamente por isso os livros tendem a assumir o caráter de verdade “para o professor”. Gramsci afirma que “o ‘certo’ [inclusive no livro didático, porque o professor não tem outra resposta] se torna ‘verdadeiro’ na consciência é o reflexo da fração da sociedade civil da qual participa”, mas neste momento histórico a sociedade é apenas a reprodução do Estado parcelizado.

O que se percebe é que mesmo sob tais circunstâncias “não existe unidade entre escola e vida, por isto não existe unidade entre instrução e

educação” (GRAMSCI, 1968:13), eis porque o saber da vida não penetra na escola e vice-versa.

Em outros momentos o livro clama a contribuição para a construção do país. Uma transitoriedade entre o individual e o coletivo que se faz presente formaliza a submissão (do trabalho) aos interesses “mais nobres”, à ordem, ao país. O trabalhador individual agora se refaz coletivo, como dever coletivo.

“Conhecer melhor e profundamente, explorar de maneira racional, defender e conservar nossos recursos naturais, eis uma grande e patriótica tarefa para todos os brasileiros” (AZEVEDO, 1975:194).

“A esperança do Brasil se fundamenta em cada brasileiro” (XAVIER, 1975:24).

Assim o individual se reveste em coletivo e ainda que em algumas passagens o livro associe trabalho e homem, seringueiros, garimpeiros, essa imagem tem fundamentação folclórica, mas real porque folclórica. Reduzidos ao folclore os elementos sociais se descaracterizam em sua concretude; O culturalismo objetivado, não escapa ao pitoresco, ao incomum, passando a ser, portanto, comum. Esta é a lógica, por que mesmo como “diferente” não pressupõe identidade viva.

3. Conclusão

Na medida em que se desenvolveu a pesquisa a mais conspícua impressão foi a de que o livro didático aparece como um dispositivo do

real, estático, “verdadeiro”. Este tem sido o conhecimento geográfico. “Alguém escreveu muito a propósito que aqueles que comparam o conhecimento à ação de fotografar a realidade esquecem - entre outras coisas - que o aparelho fotográfico registra, e é por isso que uma fotografia nunca é idêntica à outra” (SCHAFF, 1983:82).

Neste caso existe sempre a responsabilidade de quem aperta o disparador fotográfico (o autor), bem como daquele que interpreta a fotografia (o professor).

O que temos assim é a aparência do que se realiza como conhecimento geográfico e no movimento se torna a essência em si mesma. Os sujeitos de toda a relação de desenvolvimento da natureza devem conhecer este movimento. A aparência como externalidade do homem não pode prescindir da essência como determinante de sua existência humana.

Como assevera Luckács (1979), “na vida cotidiana os fenômenos (manifestação da aparência), frequentemente ocultam a essência do seu próprio ser sem iluminá-la. Em contrapartida, a ciência pode realizar uma grande obra de esclarecimento neste terreno, (...) e em sentido inverso: a ciência pode obscurecer, pode deformar indicações ou apenas pressentimentos justos da vida cotidiana. Já Hobbis, afirma este autor, indicou que essas deformações têm como causa a presença de um agir interessado”.

Estas questões foram evidenciadas ao longo desse “trabalho”, que revela a cumplicidade ou o papel do professor no sentido de procurar

determinar os caminhos e descaminhos que assumem o livro didático de Geografia, e sua própria prática pedagógica, em essência o trabalho.

Aqui um dos pontos mais importantes, ao discutir o trabalho como práxis social, como categoria histórica onde se faz presente todas as outras determinações, não se faz referência a uma abstração, mas identifica-se a ação, representada genericamente no livro didático, como estatística, como produção, como população economicamente ativa, como "disparidade social". É preciso reconhecer no trabalho sua possibilidade prática transformadora: "não se trata aqui das primeiras formas instintivas animais de trabalho (...) pressupomos o trabalho numa forma que pertença exclusivamente ao homem (MARX 1982:149), como parte da natureza historicamente desenvolvida, como sua consciência".

Não se trata das atividades econômicas, das funções urbanas, da geografia, da história e da matemática, trata-se de "ler" em seu conjunto cada totalidade, cada singularidade, cada particularidade, em síntese o movimento do conhecimento, como movimento de vida, da história da natureza (humana).

4. Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Aroldo (1975). **Geografia do Brasil**, Rio de Janeiro: Ed. Nacional.

CHAUI, M. S. (1986). **Conformismo e Resistência**. São Paulo, Brasiliense.

CHAUI, M. S. (1980). Ideologia e educação. **Educação e Sociedade**. 5, 24-40.

DIBO, D. (1972). **Geografia do Brasil** (Nova Geografia Regional). São Paulo. Atlas.

- GONÇALVES, C.W.P. (1987). Reflexões sobre Geografia e Educação: notas de um debate. **Terra Livre**. 2, 9-42.
- GONÇALVES, C.W.P. (1989). **Os descaminhos do meio ambiente**. São Paulo. Marco Zero/AGB.
- GRAMSCI, A. (1968). **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro. Paz e Terra.
- LACOSTE, Y. (1974). **A Geografia – Isso serve – em primeiro lugar – para fazer a guerra**. Campinas. Papirus.
- LIPIETZ, A. (1986). **O capital e seu espaço**. São Paulo. Nobel.
- LUKÁCS, G. (1979). **Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais em Marx**. São Paulo. Livraria Ciências Humanas.
- MANDEL, E. (1990). **A crise do capital**. Campinas. Ensaio/Unicamp.
- MARX, K. (1982). **O Capital**. Rio de Janeiro. Zahar.
- MOREIRA, I.A.G (1976) - **Geografia Geral e do Brasil 4º**, São Paulo. Ática.
- MOREIRA, R. (1987). **O discurso do avesso**. Rio de Janeiro. Dois Pontos.
- SCHAFF, A. (1983). **História e Verdade**. São Paulo. Martins Fontes.
- SMITH, N. (1986). **Desenvolvimento desigual**. São Paulo. Bertrand Brasil.
- XAVIER, H. (1973) - **Estudo Dirigido de Geografia do Brasil** Rio de Janeiro.

So, is periodicos.rc.biblioteca.unesp.br safe? Come find out. Is periodicos.rc.biblioteca.unesp.br Safe? Considered a trusted site by WOT. 3. (1 Review). Claim this site. Ask our community. Share: periodicos.rc.biblioteca.unesp.br.